

# AS VICISSITUDES DA DEMOCRACIA MEXICANA

*Manuel Alejandro Guerrero*

No dia 2 de Julho de 2000, às onze da noite, o presidente do Instituto Federal Eleitoral anunciava pela televisão mexicana que, de acordo com a contagem, a tendência da votação favorecia irreversivelmente o candidato presidencial do partido de centro-direita, Vicente Fox, relativamente aos candidatos do partido de centro-esquerda e do partido oficial. Terminavam assim 71 anos de Governos emanados de um partido, o Partido Revolucionário Institucional (PRI), que tinha controlado, de forma praticamente exclusiva, a vida política do México. O que é notável é que a mudança de Governo decorria em completa paz; os actores políticos derrotados reconheciam a vitória do seu opositor; e reinava um grande entusiasmo entre a população. Abria-se assim a possibilidade de uma transição política que assentasse as bases da consolidação da democracia. O primeiro passo estava dado: a mudança eleitoral pacífica.

Seis anos depois, também a 2 de Julho, celebraram-se eleições no México num ambiente completamente diferente: apesar de uma jornada eleitoral calma, vários conflitos políticos permaneciam sem solução; os actores políticos tinham desde há meses quebrado qualquer diálogo; o principal candidato da oposição – desta vez, de centro-esquerda – recusava-se a reconhecer a derrota alegando fraude eleitoral; e a população estava dividida e em confrontação. O primeiro Governo a nascer da oposição, ao fim de setenta e um anos, terminava o seu mandato num ambiente de tensão e desânimo. Que aconteceu nos últimos seis anos, nos campos político, social e económico, para transformar o entusiasmo numa relativa decepção? Quais são as perspectivas e as tarefas pendentes para o novo Governo que começa agora?

Este trabalho pretende dar resposta a estas perguntas e apresentar uma visão panorâmica da situação actual do México, assim como das condições de governabilidade, de continuidade ou mudança nas suas políticas públicas, e de reforma institucional. Para isso, o ensaio divide-se em três partes: a longa transição para a democracia mexicana e seus problemas; o Governo de Vicente Fox, 2000-2006 (subdividido em secções sobre as políticas sociais, a política económica, as relações externas, a política e o processo eleitoral de 2006); e as perspectivas de futuro.

## **A LONGA TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA MEXICANA E SEUS PROBLEMAS**

No seu livro *Poliarchy*, Robert Dahl assinalou oito atributos básicos que um regime deve ter para que possa classificar-se como «poliarquia», o nome que o autor dá às «democracias reais»<sup>1</sup>. Os sistemas que cumprem estas condições obtêm um grau aceitável de competição e participação pública num contexto em que a oposição tem possibilidades reais de vencer as eleições e de assumir o poder<sup>2</sup>.

Esta classificação foi muito útil para estabelecer definições operativas e práticas de democracia, e permitiu um avanço enorme nos estudos comparativos. No entanto, ao estudar as «novas democracias», encontramos muitos casos que – apesar do respeito pelo voto e pela participação, e apesar de contarem com sistemas de partidos competitivos e de existir alternância no poder – apresentam grandes deficiências. São incapazes de assegurar um Estado de direito que garanta protecção aos seus cidadãos contra os abusos de poder e a violência; que confira um tratamento equitativo e justo aos diferentes grupos sociais no processo legal; que providencie aos cidadãos os serviços a que eles têm direito; e que puna efectivamente a corrupção, entre outras coisas. Assim, muitas destas «democracias» são de facto poliarquias, pois estabeleceram as regras necessárias para definir as formas de acesso ao poder nos termos indicados por Dahl. O problema é que as suas regras de exercício do poder não favorecem a prestação de contas, nem que este exercício seja responsável e transparente. Há até autores que definiram alguns destes regimes, em casos extremos, como «autoritarismos competitivos»<sup>3</sup>.

Se se considera a democracia como um tipo de regime político, composto por mecanismos particulares de acesso ao poder e do seu exercício, o problema central de muitas destas «novas poliarquias», como o México, é que foram incapazes de realizar reformas para tornar o exercício do poder mais responsável, transparente e capaz de prestar contas<sup>4</sup>.

O ACESSO AO PODER: DA LIBERALIZAÇÃO POLÍTICA À ALTERNÂNCIA, 1977-2000  
A transição política mexicana no século XX caracteriza-se pelo seu gradualismo e pelas reformas eleitorais. A partir de 1929, o grupo que tomou o poder após a revolução (1910-1920) criou um partido que exerceu um domínio quase absoluto sobre a vida política do país. O regime político e o modelo de desenvolvimento vigentes desde os anos 30 assentavam em esquemas corporativos, nos quais tanto os sectores populares quanto os empresariais negociavam os seus interesses e obtinham regalias em troca do apoio ao regime.

No final dos anos 60, o modelo político entrou em crise, como consequência de movimentos sociais que expressavam o pluralismo de uma sociedade que se modernizava, mas que não tinha vias institucionais para se exprimir. Desde então, os Governos do PRI enfrentaram a necessidade de redefinir as suas relações com a sociedade e de modificar o modelo de desenvolvimento<sup>5</sup>. O objectivo era incluir estes novos movimentos

sociais, e a forma encontrada para o fazer foi uma série de reformas, que funcionaram como ponto de partida de um processo de liberalização política mais vasto, cuja essência consistiu em converter a arena eleitoral no terreno privilegiado para canalizar o descontentamento e a disputa política.

As primeiras reformas ocorreram em 1973 e 1977. Em ambos os casos, procurou-se fortalecer de alguma forma os partidos da oposição que existiam – quatro até então –, facilitar a criação de novos partidos, garantir-lhes financiamento público, dar-lhes tempo de antena na rádio e na televisão nacionais, e aumentar a Câmara de Deputados de 300 para 400 lugares, reservando os cem novos lugares para a oposição. Estas reformas, que marcam o início de um processo de liberalização política, não tinham por intenção alterar a natureza de um sistema de partido dominante, nem iniciar um processo de democratização da vida política<sup>6</sup>. As reformas procuraram apenas canalizar a participação para os partidos de uma forma controlada, e como válvula de escape para as pressões provenientes dos sectores – sobretudo das classes médias urbanas – que cresciam fora das estruturas corporativistas e do partido oficial. Foi a primeira tentativa, limitada, do regime no sentido de explorar as possibilidades de liberalização política<sup>7</sup>.

Estas reformas sucederam num contexto em que se anunciaram mudanças no modelo de desenvolvimento, pois, de acordo com o diagnóstico da época, o modelo vigente excluía cada vez mais grupos dos benefícios do crescimento, o que representava um perigo para a estabilidade política<sup>8</sup>. A mudança foi promovida através de um aumento do papel do Estado na economia, convertendo-o no principal agente impulsionador do desenvolvimento<sup>9</sup>. As despesas sociais aumentaram em proporção do Produto Interno Bruto (PIB), de 5,9 por cento para 9,3 por cento entre 1970 e 1976, e, em geral, a participação do sector público na economia aumentou de 11,6 por cento para 17,2 por cento do PIB entre 1970 e 1975<sup>10</sup>. Estes aumentos eram financiados pela política monetária e por empréstimos externos, o que gerou pressões inflacionárias, endividamento externo excessivo e grande descontentamento entre a classe empresarial. Na segunda metade da década, o Governo começou a financiar-se a partir do petróleo – foram descobertas novas jazidas no golfo do México com reservas incalculáveis. No entanto, o petróleo serviu apenas para manter as mesmas condições estruturais da economia e para alimentar artificialmente uma estratégia de desenvolvimento baseada no incremento dos gastos do Estado. Não obstante, no curto prazo, a economia cresceu cerca de oito por cento ao ano entre 1978 e 1981 e, embora persistissem problemas relativos à polarização dos rendimentos, um elevado défice da balança comercial, inflação e uma dívida externa crescentes, a miragem da prosperidade petrolífera parecia não ter fim.

A MUDANÇA FOI PROMOVIDA ATRAVÉS DE UM AUMENTO DO PAPEL DO ESTADO NA ECONOMIA, CONVERTENDO-O NO PRINCIPAL AGENTE IMPULSIONADOR DO DESENVOLVIMENTO.

Foi neste contexto que as reformas eleitorais foram promovidas, especialmente a de 1977. Embora limitadas, tais reformas continham um elemento detonador da participação: apresentavam as eleições como sendo o único meio de protesto para os grupos e sectores não-corporativizados, os quais eram de facto minoritários em comparação com os trabalhadores e os camponeses, mas nem por isso eram menos desafiadores. Tornar o voto no único meio para canalizar o protesto e o descontentamento destes sectores não pareceu problemático, enquanto os gastos públicos e os grandes investimentos foram sendo financiados com a riqueza do petróleo.

Os problemas começaram em 1981, quando a estratégia económica do Governo, assente quase exclusivamente no petróleo, entrou em crise. Os preços internacionais do petróleo afundaram-se, provocando um grande desastre económico, deixando o país com uma dívida externa incomportável, com finanças públicas extremamente deficitárias, uma enorme desvalorização da moeda e a maior fuga de capitais até então registada. O descontentamento social tornou-se evidente. As reformas eleitorais mostraram o seu verdadeiro potencial, pois o número de votos nos partidos da oposição cresceu ao longo dos anos 80. No entanto, o regime ainda teve força suficiente para impor novos Governos em 1982, 1988 e 1994.

A crise favoreceu o início de uma mudança drástica no modelo de desenvolvimento, mediante um processo de liberalização económica e de forte restrição dos gastos públicos. Num ambiente de crise, os efeitos sociais líquidos da estabilização económica e das políticas de liberalização, para os sectores populares, foram negativos<sup>11</sup>. Os sistemas sociais de compensação, os salários (que desceram 51,7 por cento em termos reais

entre 1982 e 1994) e a capacidade sindical para negociar regalias também se viram afectados, e o desemprego acabou por aumentar<sup>12</sup>. A velha relação de troca de contrapartidas entre o Estado e as estruturas corporativas também se viu substancialmente alterada<sup>13</sup>. A liberalização

A CRISE FAVORECEU O INÍCIO DE UMA MUDANÇA DRÁSTICA NO MODELO DE DESENVOLVIMENTO, MEDIANTE UM PROCESSO DE LIBERALIZAÇÃO ECONÓMICA E DE FORTE RESTRIÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS.

económica traduziu-se em privatizações e na abertura económica de sectores antes protegidos – em 1986, o México entrou para o GATT (hoje OMC). Assim, o Estado cedeu o seu papel enquanto principal actor económico, em favor do mercado e das forças empresariais.

A crise e a redução dos gastos sociais levaram a que as eleições se tornassem no espaço de expressão do descontentamento. O voto de protesto contra o regime converteu-se num voto a favor da oposição. O antigo partido da oposição, o Partido Acção Nacional (PAN, de centro-direita), foi o maior beneficiário deste «voto de protesto», especialmente no Norte do país<sup>14</sup>. Nas eleições presidenciais de 1988, o PRI obteve a votação mais baixa na história do partido (51,7 por cento). No Congresso, o PRI também já não podia fazer aprovar reformas sozinho; tinha de negociar com a oposição. Dado

que a prioridade do novo Governo era a consolidação de um modelo de desenvolvimento orientado para a liberalização económica, o seu aliado natural no Congresso foi o PAN, pela convergência que ambos tinham nas propostas de política económica. No entanto, nas eleições de 1988 o maior desafio para o PRI veio da esquerda. O candidato presidencial da esquerda obteve 31 por cento dos votos. Para prosseguir as reformas económicas era preciso traçar alguma estratégia de compensação social que incluísse os sectores populares, que tinham pago o preço da liberalização e tinham votado à esquerda. Foi anunciado o Programa Nacional de Solidariedade, um programa compensatório destinado a distribuir recursos directamente às comunidades mais pobres. A estratégia teve mais êxito político do que social, pois não diminuiu a pobreza nem as profundas desigualdades sociais, mas contribuiu para desmobilizar o voto potencial na esquerda em comunidades populares urbanas e semi-urbanas<sup>16</sup>. Ao mesmo tempo, a possibilidade de obter um Acordo de Comércio Livre com os Estados Unidos e o Canadá gerou condições de confiança económica que permitiram um crescimento anual de 5,6 por cento entre 1990 e 1993, controlar a inflação, reduzir o défice fiscal para 0,3 por cento do PIB e obter uma balança comercial com superavit de 19 mil milhões de dólares<sup>16</sup>.

A aparente prosperidade dependia da confiança dos investidores – especialmente estrangeiros – e da estabilidade política. Esta situação mudou radicalmente a partir de 1994 e pôs em evidência a fragilidade das bases do modelo de desenvolvimento seguido até aí. O ano de 1994, turbulento e agitado, trouxe como resultado uma pressão política forte que acabou com a confiança económica. No dia 1 de Janeiro – paradoxalmente, o dia em que entrou em vigor o Tratado de Comércio Livre com os Estados Unidos e o Canadá – irrompeu, numa das regiões rurais menos desenvolvidas do país, o Exército Zapatista de Libertação Nacional, declarando guerra ao Estado e opondo-se ao modelo económico. Em Março desse ano, o candidato do PRI à presidência foi assassinado, e o mesmo aconteceu em Setembro ao secretário-geral do PRI.

No meio do caos, teve lugar o processo eleitoral de Agosto, ao qual o PRI chegava aparentemente debilitado, embora com uma propaganda eleitoral forte, que enfatizava uma mensagem claríssima: ou o PRI ou o caos. O voto no PRI era apresentado como um voto a favor da paz e da estabilidade<sup>17</sup>. A participação eleitoral superou os 70 por cento, e o candidato do PRI ganhou com 50,1 por cento dos votos. Embora fosse a percentagem mais baixa alguma vez obtida por um candidato do PRI, o partido ganhou também a maioria na Câmara de Deputados, com 302 eleitos<sup>18</sup>. A elevada participação eleitoral e a vitória do PRI explicam-se a partir do que se chamou «o voto do medo» de maior instabilidade e ingovernabilidade. Ele reflectia uma sociedade pouco disposta a apostar na mudança naquele momento, o que não surpreende, visto que se atravessava o período de maior incerteza política desde os anos 30. Mas a elevada participação também mostrava uma forte rejeição da violência e a preferência da sociedade por canalizar as exigências políticas através de mecanismos eleitorais.

A instabilidade política afectou a confiança económica e favoreceu uma desvalorização real, a 19 de Dezembro de 1994, cujas consequências marcaram profundamente o Governo de Ernesto Zedillo (1994-2000) e atingiram os mercados internacionais com o chamado «efeito Tequila»<sup>19</sup>. De acordo com um investigador, com base em dados do Inquérito Nacional ao Emprego Urbano (INEU), entre 1994 e 1999 o número de pobres e extremamente pobres aumentou de forma dramática – de 11,04 para 13,26 milhões os primeiros, e de 8,26 para 16,68 milhões no caso dos segundos<sup>20</sup>. Em termos gerais, o efeito no PIB foi devastador, tendo-se verificado uma contracção de 6,9 por cento só em 1995, e uma inflação média de 22,5 por cento ao ano entre 1995 e 2000<sup>21</sup>.

Num ambiente de desconfiança e descontentamento, o Governo apelou, em Janeiro de 1995, a um Acordo Político Nacional. Os promotores do acordo consideraram a abertura eleitoral total como uma forma de evitar o aparecimento de protestos de tipo anti-institucional, sobretudo a partir da esquerda, pelo que se colocou especial cuidado no convite ao Partido da Revolução Democrática (PRD). Daqui resultou a Reforma Eleitoral de 1996, que acabou com a prática de ir fazendo concessões à oposição sem nunca perder o controlo efectivo sobre o processo político. A reforma, entre outras coisas, consolidava um Instituto Federal Eleitoral autónomo; aumentava o financiamento dos partidos; tornava mais flexíveis os critérios para registar partidos; estabelecia um número máximo de 300 deputados para o partido que obtivesse maioria; e fixava critérios mais equitativos no uso do tempo de rádio e televisão. A reforma garantia transparência e imparcialidade na organização do processo eleitoral, liberdade de voto, e reconhecia que, naquele contexto de crise, manter o PRI artificialmente no poder era arriscado, pois a oposição já tinha condições e apoios reais para competir. Criavam-se condições para uma verdadeira poliarquia nos termos de Dahl.

Nos processos eleitorais seguintes, em 1997 e 2000, os resultados foram adversos ao PRI. Perdeu pela primeira vez o controlo da Cidade do México e a maioria absoluta do Congresso (em 1997), assim como a Presidência da República (em 2000). Depois de vinte anos de crise, a população utilizou os mecanismos eleitorais para dar mais espaço à oposição e levar a cabo uma mudança na condução do Governo. O candidato vencedor foi Vicente Fox, do PAN.

A chegada da oposição ao poder despertou o entusiasmo da população e abriu a possibilidade de reformas estruturais na relação entre o Estado e a sociedade. Em termos de desigualdade social, só o Brasil era pior que o México – mais de metade da população vivia em condições de pobreza; o sistema judicial era atravessado pela corrupção; havia a convicção generalizada de que as leis apenas beneficiavam as classes altas; as forças de segurança eram frequentemente acusadas de cometer abusos de direitos humanos; não havia mecanismos que garantissem a transparência da gestão pública, nem leis que assegurassem o direito à informação. Finalmente, exigiam-se reformas que favorecessem a prestação de contas, a transparência e a responsabilidade no exer-

cício do poder. Era esse o desafio que o PAN enfrentava na presidência, e os demais partidos políticos enfrentavam no Congresso.

### **O GOVERNO DE VICENTE FOX (2000-2006) E O PROCESSO ELEITORAL DE 2006**

As expectativas de que o México mudasse também foram geradas pela campanha do candidato Vicente Fox. No decorrer daquela, prometera, entre outras coisas, crescimento económico de sete por cento ao ano, um milhão e duzentos mil novos empregos anuais, e resolver em 15 minutos o conflito de Chiapas. No final do mandato, pouco se conseguiu além da estabilidade económica. Apesar disso, há razões para encarar o futuro com um moderado optimismo.

#### POLÍTICAS SOCIAIS

Ao longo das últimas décadas, o México converteu-se num dos países com pior distribuição de rendimento, e com mais de 50 por cento da sua população empobrecida<sup>22</sup>. Durante a campanha, Fox comprometeu-se a trazer para o desenvolvimento a população excluída. No entanto, manteve uma definição estreita de políticas sociais, centradas em programas compensatórios de «combate à pobreza», em lugar de atender às condições estruturais que perpetuam a falta de equidade e a desigualdade.

Em matéria de segurança social, o Governo projectou, em 2002, um sistema de «Seguro Popular», um esquema que procurava fornecer cobertura de saúde à população que tinha estado excluída deste serviço. O seguro financia-se mediante um sistema no qual o indivíduo e a sua família se registam, e

contribuem, a par com o Governo, com uma quota monetária mensal. Em Junho de 2006, estavam registados 3,7 milhões de famílias. Com este seguro, o indivíduo pode ter acesso aos serviços do sistema de saúde do Estado. O problema é que, em

consequência da quebra do sistema de pensões, que tem um passivo de 76 milhões de dólares (8,5 por cento do PIB), as instituições públicas responsáveis em matéria de saúde e segurança social atravessam uma grave crise financeira. Isso contribuiu para o deterioramento da qualidade dos serviços, das infra-estruturas e do equipamento médico, e para a falta de medicamentos. Em contrapartida, existe um moderno sistema de segurança social privado, para aqueles que possam pagá-lo, o que mantém inalterada a severa desigualdade na provisão destes serviços.

Em matéria de educação, foi criado o Instituto Nacional de Avaliação Educativa para fazer um diagnóstico mais rigoroso da situação. Foram postos em marcha alguns programas, como o «Enciclomedia», que permite ter conteúdos educativos interactivos nas salas de aula das escolas primárias. Foram concedidos 6,5 milhões de bolsas para crianças com falta de recursos, e elaboraram-se estratégias de combate ao abandono

AO LONGO DAS ÚLTIMAS DÉCADAS, O MÉXICO  
CONVERTEU-SE NUM DOS PAÍSES COM PIOR  
DISTRIBUIÇÃO DE RENDIMENTO, E COM MAIS DE  
50 POR CENTO DA SUA POPULAÇÃO  
EMPOBRECIDA.

escolar. Contudo, tanto o rendimento escolar dos alunos como a qualidade da educação permanecem muito baixos<sup>23</sup>.

Uma das razões para isso é a falta de investimento. A educação recebeu, nestes seis anos, pouco mais de 2,7 por cento do PIB (a média dos países da OCDE é de 8,2 por cento), e o ensino superior ficou com apenas 0,57 por cento do PIB. Em consequência, só 16 por cento dos jovens entre os 25 e os 34 anos têm estudos superiores terminados, e 80 por cento dos jovens entre os 18 e os 22 anos não vão à universidade. Outra razão é o poderoso sindicato de professores, afecto ao PRI, que detém o direito exclusivo de contratação e está mais interessado em prosseguir os seus interesses políticos sectoriais do que na qualidade da educação. No México, boa parte dos recursos destinados à educação são canalizados para o sindicato para pagamento a professores e a funcionários. Gastou-se pouco e investiu-se mal<sup>24</sup>.

Por último, quanto à pobreza e desigualdade, o Comité Técnico para Aferição da Pobreza, criado em 2001, calculou que a população pobre do México constituía 53,7 por cento do total. A estratégia do Governo consistiu em anunciar o programa «Oportunidades», que concedia estímulos económicos às famílias mais pobres para que os seus filhos fossem à escola, e pudessem assim ter oportunidade de melhorar as suas capacidades de integração<sup>25</sup>. De acordo com o Inquérito Nacional aos Rendimentos e Gastos das Famílias de 2005, calcula-se que o número de pobres tenha baixado para 47,8 por cento. Contudo, também aqui os resultados foram escassos. Os técnicos acreditam que esta diminuição se explica menos pelo impacto do programa «Oportunidades», e mais pela diversificação das fontes de rendimento das camadas mais pobres<sup>26</sup>.

#### POLÍTICA ECONÓMICA

O Governo de Fox continuou a política económica dos Governos anteriores (restrição dos gastos governamentais para controlar a inflação), mas foi neste período que começaram a ver-se resultados positivos: durante seis anos, a inflação ficou abaixo dos cinco por cento (4,8 por cento), o défice do sector público foi de quase zero (zero em 2006), e reduziu-se também o défice da balança comercial (2,770 milhões de dólares)<sup>27</sup>. Com isso, a economia mexicana tornou-se menos vulnerável aos impactos externos e começaram a surgir condições de crescimento interno que não dependia das exportações: ao fim de quase vinte anos, os bancos começaram a conceder empréstimos; em Junho de 2006, o Governo pôde emitir uma obrigação a 30 anos não indexada à inflação; e, em geral, existe um ambiente de maior confiança para o investimento.

No entanto, este Governo não alcançou um maior grau de desenvolvimento, nem reduziu efectivamente as desigualdades. Desde os anos 80, as políticas de liberalização e os programas de estabilização económica tiveram como resultado um crescimento fraco e a redução drástica dos gastos governamentais, e sobretudo o desaparecimento das políticas sociais – substituídas por programas de combate à pobreza. A prioridade dada à estabilidade económica, nos últimos vinte anos, traduziu-se num sacrifício do



crescimento e num aumento das desigualdades. Segundo dados do Inquérito Nacional aos Rendimentos e Gastos das Famílias de 2005, a parte mais rica da população tem um rendimento 32 vezes maior do que a mais pobre<sup>28</sup>. O baixo crescimento económico (2,1 por cento de média anual entre 2000 e 2005) traduziu-se também em menores oportunidades de emprego (6,4 milhões de mexicanos sem emprego formal)<sup>29</sup>.

Estas condições não só agravam a desigualdade como explicam o incremento da economia informal e da emigração, sobretudo para os Estados Unidos. Nos últimos anos, o crescimento económico insuficiente favoreceu o crescimento da economia informal, num país em que um milhão e duzentas mil pessoas procuram emprego todos os anos, e onde apenas 300 mil o obtêm. A emigração aumentou dramaticamente: se na década de 1960 emigravam em média 28 mil mexicanos por ano, o número aumentou para 500 mil entre 2000 e 2005, tornando o México num dos maiores exportadores de população do mundo<sup>30</sup>.

A PRIORIDADE DADA À ESTABILIDADE ECONÓMICA, NOS ÚLTIMOS VINTE ANOS, TRADUZIU-SE NUM SACRIFÍCIO DO CRESCIMENTO E NUM AUMENTO DAS DESIGUALDADES.

#### POLÍTICA EXTERNA

A política externa teve três prioridades ao longo destes seis anos: ocupar um lugar na comunidade das nações democráticas, dar prioridade à relação com os Estados Unidos, e aumentar a presença em fóruns multilaterais<sup>31</sup>. Os resultados são ambíguos. Como parte do seu ingresso no grupo das democracias, o México tinha de se comprometer com uma política abertamente favorável à protecção dos direitos humanos. Por um lado, o país abriu-se ao escrutínio internacional nesta matéria e, por outro, procurou uma atitude mais activa no cenário internacional<sup>32</sup>. A posição do México em defesa dos direitos humanos valeu-lhe grande reconhecimento em diversos fóruns internacionais, a tal ponto que, a 19 de Junho de 2006, o país foi eleito para presidir ao novo Conselho de Direitos Humanos da ONU. Não obstante, esta posição obrigou o México a modificar as suas tradicionais boas relações com Cuba, pois teve que votar contra as violações de direitos humanos na ilha, o que lhe valeu fortes críticas do Governo cubano e da esquerda mexicana<sup>33</sup>. Da mesma forma, a abertura interna aos observadores internacionais de direitos humanos revelou as grandes deficiências do sistema judiciário, a corrupção na administração da justiça e a escassa preparação das forças policiais mexicanas.

Quanto à relação com os Estados Unidos, a nova política externa renunciou à sua tradicional retórica nacionalista e antinorte-americana. Anunciou-se uma melhor aproximação a um vizinho inevitável. Em resultado disso, foi constituída a Aliança para a Segurança e Prosperidade da América do Norte (ASPAN), anunciada em Março de 2005, entre o México, os Estados Unidos e o Canadá. No entanto, apesar da sua enorme complexidade, a relação com os Estados Unidos foi-se centrando desde o início no tema

migratório. No início de 2001 pareciam existir certas condições favoráveis à negociação de um acordo migratório, através do qual os Estados Unidos reconhecessem os quase seis milhões de imigrantes mexicanos ilegais; no entanto, o 11 de Setembro mudou o panorama. Os EUA concentraram-se no tema do terrorismo e a imigração converteu-se, para o Presidente Bush, numa questão de segurança nacional. A possibilidade de um acordo migratório foi substituída pela construção de um muro que pretende vedar uma fronteira de mais de três mil quilómetros. Além disso, desde 2006 foram destacados para a fronteira seis mil soldados da Guarda Nacional. Nem o muro nem os soldados conseguiram evitar a imigração mexicana, mas apenas torná-la mais perigosa – agora atravessa-se pelos desertos – e mais custosa em todos os sentidos. Por fim, uma consequência não desejada da intenção (não dos resultados) de aproximação do México aos Estados Unidos – bem como de sérios erros protocolares e nos mecanismos diplomáticos tradicionais – foi o seu distanciamento de outros países da América Latina, especialmente a Venezuela, a Bolívia, o Chile e os países do Mercosul.

Pelo seu lado, o aumento da presença em fóruns multilaterais talvez seja a única área em que a política externa obteve um saldo positivo. Nos últimos seis anos, o México foi país-sede e organizador de importantes fóruns mundiais, desde a Cimeira da ONU para o Financiamento ao Desenvolvimento, à 5.<sup>a</sup> Conferência Ministerial da OMC, à Cimeira do Acordo de Cooperação Económica Ásia-Pacífico, etc. Não obstante, esta nova posição também obrigou o país a tomar posição em situações que não favoreceram a sua relação com os Estados Unidos. Em Outubro de 2001, o México foi eleito como membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU, e votou depois contra a intervenção dos Estados Unidos no Iraque. Esta decisão, embora gozasse de grande apoio na sociedade mexicana, complicou a possibilidade de alcançar um acordo com os Estados Unidos na questão migratória. Deste modo, na política externa também se verificaram resultados muito contraditórios, pois embora se tenha fortalecido a presença do México em fóruns internacionais, pouco se ganhou na relação com os Estados Unidos, e o relacionamento com os países da América Latina tornou-se mais tenso.

#### A POLÍTICA E O PROCESSO ELEITORAL DE 2006

O Governo de Fox obteve dois êxitos importantes nas reformas esperadas no âmbito do exercício do poder: foi aprovada a Lei Federal do Serviço Civil na administração pública, acabando com a utilização da burocracia estatal para acomodar e recompensar grupos políticos, criando as bases para uma futura profissionalização. Além disso, em 2002, entrou em vigor a Lei Federal de Transparência e Acesso à Informação Pública, pela qual o Governo estabeleceu os critérios que permitem que qualquer indivíduo possa solicitar informações de carácter público, exceptuando as reservas de dados pessoais e de segurança nacional definidas na própria lei. Em 2003, foi criado o Instituto Federal de Acesso à Informação para garantir o cumprimento desta lei. No entanto, estes aspectos ficaram obscurecidos pela incapacidade do Presidente e dos seus cola-

boradores para apresentarem uma agenda e alcançarem acordos nas restantes áreas da vida pública.

As dificuldades do Governo podem agrupar-se em três áreas: o próprio gabinete presidencial; os seus conflitos com o Congresso; e as tentativas para impedir a candidatura presidencial de Andrés Manuel López Obrador (do partido de centro-esquerda, PRD). Quanto ao gabinete, o Presidente Fox rodeou-se desde o início de personagens com pouca ou nenhuma trajetória no seu partido (o PAN) e sem identidade como grupo político. A constante falta de acordo entre os ministros reflectia a incapacidade de coordenação do Presidente. Não foram poucas as ocasiões em que os desacordos se tornaram públicos na comunicação social. Em consequência, as estratégias políticas anunciadas por algum ministro ou pelo próprio Presidente eram depois rectificadas, o que se traduziu em frequentes vacilações no momento de tomar decisões importantes. Somado a isto, desde 2002 o Presidente incentivou a competição entre os membros do seu Governo pela candidatura presidencial em 2006. A partir daí, a competição substituiu a eficiência.

No Congresso, o partido do Presidente tinha, no período de 2000 a 2003, 207 de um total de 500 deputados, pelo que todas as reformas tinham de ser negociadas<sup>34</sup>. Para compensar, o Presidente optou desde o início por promover as suas propostas mais através dos *media* do que da negociação com o Congresso. Esta forma de actuar rapidamente se traduziu em desencontros abertos, em que o Presidente acabava por recorrer à comunicação social para acusar o Congresso pela ausência de progressos. Tudo isto criava obstáculos ainda maiores à possibilidade de negociar reformas nas áreas em que – pelo menos perante os *media* – o Presidente declarava ter interesse, como a matéria fiscal, as telecomunicações, as relações laborais e a energia. Deve também dizer-se que os próprios partidos no Congresso foram incapazes de compreender o equilíbrio de forças, tendo optado por uma estratégia maximalista de impor as suas iniciativas ou bloquear a acção do Executivo. Para explicar a falta de acordos, à incapacidade do Governo haverá que juntar a mesquinhez dos partidos.

Os resultados eleitorais de 2003 mostraram o descontentamento da população com a falta de acordos políticos, com a incapacidade do Governo e com a estagnação económica. O PRI obteve 203 deputados, o PAN apenas 148 e o PRD 97. O partido que mais capitalizou os fracassos do Governo foi o PRD, cujo presidente de câmara da Cidade do México não só se perfilava como o seu candidato natural, como contava com grande simpatia da população. López Obrador gozava de popularidade por ter reactivado o desenvolvimento das infra-estruturas da cidade, pelo seu programa de pensões para os idosos, e por dar apoios e subsídios directos a grupos específicos

DESDE 2002 O PRESIDENTE INCENTIVOU  
A COMPETIÇÃO ENTRE OS MEMBROS  
DO SEU GOVERNO PELA CANDIDATURA  
PRESIDENCIAL EM 2006. A PARTIR DAÍ,  
A COMPETIÇÃO SUBSTITUIU A EFICIÊNCIA.

(desde mães solteiras a incapacitados). Era visto como um político «próximo do povo». No entanto, López Obrador também se distinguiu pelo uso clientelista dos recursos públicos para consolidar uma ampla rede de apoios, aumentou os gastos públicos, manteve o controlo sobre o congresso local e impediu a aprovação de leis locais sobre transparência e prestação de contas.

Para o grupo mais conservador no Governo federal, López Obrador representava o rival mais sério à Presidência e a ameaça de uma mudança inaceitável na política de austeridade económica. Em 2004, o Governo federal iniciou um processo para levar a julgamento López Obrador por desobediência a um mandato judicial. A infracção pela qual era acusado era menor, mas a intenção consistia em impedi-lo de se candidatar em 2006, como a opinião pública percebeu, o que fez crescer a popularidade de López Obrador. Esta situação foi aproveitada pelo PRD para organizar grandes manifestações e advertir que «à direita» se procurava ferir a democracia através de uma fraude. O Presidente anunciou – uma vez mais, utilizando os media – a suspensão do processo contra López Obrador, o que serviu para fortalecer as suspeitas de que se tratara de uma manobra política para o impedir de concorrer. O ambiente político ficou desde aí contaminado pela confrontação aberta que marcou o processo eleitoral de 2006.

Para esta eleição, o PAN apresentava um candidato pouco conhecido, Felipe Calderón, o PRI tinha um candidato com uma imagem pública muito má, Roberto Madrazo, e o PRD López Obrador. As intenções de voto em López Obrador eram de 35 por cento no início da campanha, em Janeiro de 2006, quase 18 pontos acima de Calderón e Madrazo. O radicalismo do seu discurso, centrado na fractura social e nos pobres, e no repúdio aberto dos «ricos» e das «instituições corruptas», foi aproveitado pelos estrategas do PAN. Este partido organizou uma campanha negativa que apresentava López Obrador como «um perigo para o México», que faria crescer irresponsavelmente a dívida e os gastos. No México, apesar de mais de 50 por cento da população viver na pobreza, a sociedade no seu conjunto tornou-se, nos últimos vinte anos, mais conservadora<sup>35</sup>. Isto pode ser explicado pelas crises e pela memória social que elas deixaram. Por isso, o discurso de López Obrador acabava por soar desadequado, inclusive a certos sectores populares urbanos e da classe média «indecisos», que no final optaram por não correr o risco de voltar a ter governantes populistas. Calderón ganhou com 35,89 por cento dos votos, contra 35,31 por cento de López Obrador, que não reconheceu os resultados, alegando fraude eleitoral. No dia 5 de Setembro, o Tribunal Federal Eleitoral, depois de não encontrar provas suficientes de fraude, declarou válida a eleição, e a partir de então López Obrador encabeçou mobilizações para mostrar o seu repúdio pelo resultado, tendo-se no dia 20 de Novembro autoproclamado presidente «legítimo». Com 160 deputados no Congresso, os partidos de esquerda trataram de impedir a tomada de posse presidencial de Felipe Calderón no dia 1 de Dezembro<sup>36</sup>. Apesar de tudo, há motivos para esperar que a mudança de Governo abra a possibilidade de acordos que diminuam a confrontação política.

## **PERSPECTIVAS SOBRE A GOVERNABILIDADE E A ECONOMIA DO MÉXICO**

A desigualdade e a pobreza, num contexto de ausência de crescimento económico, dividiram a sociedade mexicana. As eleições de 2006 revelaram duas alternativas: por parte do PAN, prosseguir com a disciplina fiscal e aproveitar a confiança para criar condições para o investimento e para a geração de emprego; por parte do PRD, substituir o modelo económico por outro que, a partir do Estado, fomenta condições de crescimento e aumente os gastos sociais para reduzir as desigualdades. Ambos têm vantagens e desvantagens, e respondem às duas realidades do país.

A vitória do PAN sobre o PRD por uma margem mínima abre a possibilidade, inédita na história do país, de que forças opostas obtenham acordos. Como se viu, até agora os partidos preferiram estratégias maximalistas. Contudo, a grande lição para os partidos, e para o novo Governo, é que a participação eleitoral mostra que a população continua a preferir dar soluções institucionais às divergências. É verdade que nos meses seguintes à eleição de Julho se viveu um clima de confrontação, mas a primeira mensagem do Presidente Calderón, a 1 de Dezembro de 2006, insistiu na negociação e na reconciliação de interesses. Para a esquerda é uma oportunidade insuperável de estabelecer uma agenda de reformas que se orientem para a melhoria da distribuição do rendimento. Para o Governo, é a ocasião de aprofundar as reformas sobre a responsabilidade pública e a prestação de contas.

O maior desafio político é elaborar e acordar políticas públicas que incentivem o crescimento económico de longo prazo, que gerem emprego e reactivem as políticas sociais para além dos programas contra a pobreza. A estabilidade económica actual, embora tenha aumentado as desigualdades e feito retrair o crescimento, é condição necessária para criar as bases de um crescimento económico que favoreça o desenvolvimento, desde que se trabalhe em duas frentes: no aperfeiçoamento da colecta de impostos e na melhoria da regulação económica.

A colecta de impostos é muito ineficiente no México e um terço das receitas totais do Governo provém da empresa petrolífera pública, o que torna as finanças públicas muito vulneráveis a alterações nos mercados petrolíferos. Em média, o total das receitas fiscais não-petrolíferas foi de apenas 11,4 por cento do PIB – a média da OCDE é de 36 por cento. Uma herança das relações corporativas do antigo regime foi a manutenção de isenções fiscais a sectores como o alimentar, o dos medicamentos, a agricultura, os transportes terrestres, etc. É necessário aumentar as receitas fiscais, porque sem elas quaisquer políticas sociais serão inviáveis. O problema é que, numa situação de grande desigualdade e pobreza, como a actual, a alteração das regras fiscais é um tema politicamente explosivo, que requer o apoio dos principais partidos políticos.

UM TERÇO DAS RECEITAS TOTAIS DO GOVERNO  
PROVÉM DA EMPRESA PETROLÍFERA PÚBLICA,  
O QUE TORNA AS FINANÇAS PÚBLICAS MUITO  
VULNERÁVEIS A ALTERAÇÕES  
NOS MERCADOS PETROLÍFEROS.

A outra questão é que o México precisa de melhor regulação económica. Em finais de Novembro de 2006, o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apresentaram um estudo que mostra que a desigualdade no México foi agravada pela existência de sectores económicos controlados de forma monopolista – por exemplo, na exploração de minas, nas telecomunicações, na energia, na banca, na comunicação social e nos cimentos<sup>37</sup>. A actual autoridade reguladora, a Comissão Federal da Concorrência (CFC), ainda carece das competências necessárias para delimitar o poder destes grupos e fomentar um mercado mais competitivo. Neste sentido, a cooperação entre os partidos é mais uma vez indispensável para poder dotar a CFC de maiores recursos legais, sobretudo se se deseja que esta tenha condições para enfrentar grupos dirigidos por pessoas que encabeçam a lista de multimilionários da *Forbes*. O panorama é evidentemente complicado, mas, por outro lado, os partidos e o Governo têm agora uma oportunidade única de acordar e negociar posições, se é que aprenderam alguma coisa nestes últimos anos. Esperemos que aquela velha virtude política quase esquecida, a prudência, oriente as suas acções. **RI**

TRADUÇÃO: IVAN NUNES

**1** Os oito atributos ou procedimentos mínimos que uma poliarquia deve ter são: liberdade de associação e de formação de organizações; liberdade de expressão; direito de voto; direito dos líderes políticos a competirem pelo apoio popular; fontes de informação diversificadas e alternativas (com estas cinco garantias, os cidadãos – considerados politicamente iguais – têm a possibilidade de formular as suas preferências políticas); possibilidade de que, em princípio, qualquer cidadão possa ser eleito para um cargo público; eleições livres e abertas (com as sete garantias anteriores os cidadãos têm a possibilidade de manifestar as suas preferências de maneira individual ou colectiva frente aos demais cidadãos e ao Governo); e, finalmente, deve haver instituições que assegurem que as políticas públicas sejam, em certa medida, reflexo das preferências eleitorais. Cf. DAHL, Robert – *Polyarchy: Participation and Opposition*. New Haven: Yale University Press, 1971.

**2** Guillermo O'Donnell e Adam Przeworski, entre outros, sublinharam a importância para a democracia de que a oposição tenha possibilidades reais de aceder ao poder, e de que a força política vencida aceite a sua derrota sem desestabilizar o sistema (cf. O'DONNELL, Guillermo – «Illusions about consolidation». In *Journal of Democracy*, vol. 7, n.º 2, 1996, e PRZEWSKI, Adam – *Democracy and the Market: Political and Economic Reforms in Eastern Europe and Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991).

**3** LEVITSKY, Steven, e WAY, Lucan A. – «The rise of competitive authoritarianism». In *Journal of Democracy*, Baltimore, vol. 13, n.º 2, Abril de 2002. Este regimes contam com procedimentos competitivos de acesso ao poder e com Governos não-democráticos, que podem ser substituídos nas urnas por outros Governos não-democráticos.

**4** Sebastián Mazzuca assinalou que os mecanismos de acesso ao poder e os mecanismos de exercício do poder são atributos básicos da definição de um regime político. Para Mazzuca, a democracia é apenas um mecanismo de acesso ao poder. Cf. MAZZUCA, Sebastián L. – *Acceso al Poder versus Ejercicio del Poder. Democracia y Patrimonialismo en América Latina* (inédito).

**5** WHITEHEAD, Lawrence – «Mexico from bust to boom: a political evaluation of the 1976-1979 stabilization programme». In *World Development*, vol. 8, 1980, p. 845.

**6** Para Guillermo O'Donnell e Philippe Schmitter a «liberalização política» é um processo pelo qual certos direitos – aqueles que protegem os indivíduos e os grupos sociais de actos ilegais ou arbitrários cometidos pelo Estado ou por terceiros – se tornam efectivos. Para eles, a liberalização pode ocorrer sem que a democratização tenha lugar. Também advertem que um Governo pode muito bem promover a liberalização «por acreditar que, ao abrir certos espaços à participação individual e à acção de grupos, pode aliviar a tensão e obter novos apoios e informação necessá-

ria, sem alterar a estrutura de autoridade, isto é, sem ter de se tornar responsável e de prestar contas perante os cidadãos, nem ter que se sujeitar a eleições competitivas» (cf. O'DONNELL, Guillermo, e SCHMITTER, Philippe C. – *Transitions from Authoritarian Rule. Tentative Conclusion about Uncertain Democracies*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1986, p. 9).

**7** SEGOVIA, Rafael – «La reforma política: el ejecutivo federal, el PRI y las elecciones de 1973». In CENTRO DE ESTUDIOS INTERNACIONALES – *La Vida Política en México*. México: El Colegio de México, 1974, pp. 52-53.

**8** O modelo de desenvolvimento vigente desde a década de 1950 chamava-se «desenvolvimento estabilizador», e o seu objectivo era obter um crescimento elevado com baixa inflação, para prosseguir o desenvolvimento industrial (SOLÍS, Leopoldo – «El desarrollo estabilizador», textos das conferências proferidas no Colegio Nacional [Maio de 1977]).

**9** Entre 1970 e 1976, o número de empresas do Estado aumentou de 84 para 845 (cf. FITZGERALD, E. V. K. – «Stabilization policy in Mexico: the fiscal deficit and macroeconomic equilibrium, 1960-1977». In THORP, Rosemary, e WHITEHEAD, Lawrence – *Inflation and Stabilization in Latin America*. Londres: McMillan, 1979, p. 45).

**10** Dados retirados de LUNA LEDESMA, Matilde – *Los Empresarios y el Cambio Político, México, 1970-1987*. México: Ediciones Era e UNAM, 1992.

**11** Entre 1984 e 1992 a desigualdade de rendimento polarizou-se dramaticamente: em 1984, os decis da população com menores rendimentos obtinham respectivamente 1,6 e 2,89 por cento dos rendimentos totais do país, enquanto que o decil com maiores rendimentos recolhia 36,13 por cento. Em 1992, os dois decis com menores rendimentos recebiam 1,3 e 2,35 por cento do rendimento total, enquanto o decil mais alto tinha aumentado a sua parte para 42,06 por cento. A população situada nos decis intermédios também não se saiu bem, pois, se somarmos as percentagens dos rendimentos obtidos pelos decis 4, 5, 6, 7 e 8, constatamos que eles obtinham em 1984, todos juntos, 39,07 por cento do rendimento total, percentagem que tinha baixado para 34,97 por cento em 1992. Para uma análise detalhada, cf. PÁNUCO LAGUETE, Humberto, e SZÉKELY, Miguel – «Income distribution and poverty in Mexico». In THOMAS, Victor Bulmer [ed.] – *The New Economic Model and its Impact on Income Distribution and Poverty*. Nova York: San Martin's Press, 1996.

**12** BENSUSAN, Graciela – «Instituciones en crisis: el mundo del trabajo en transformación». In BENSUSAN, G., e GARCIA, Carlos – *Estado y Sindicatos, Crisis de una Relación*. México: UAM-Xochimilco e Fundación Friederich Ebert, 1989, p. 48.

**13** ZERMEÑO, Sergio – «El fin del populismo mexicano». In *Nexos*, vol. 10, n.º 13, Maio de 1987, p. 31.

**14** LOAEZA, Soledad – «El Partido Acción Nacional: de la oposición leal a la impaciencia electoral». In LOAEZA, Soledad, e SEGOVIA, Rafael [comps.] – *La Vida Política Mexicana en la Crisis*. 25.º Aniversário do Centro de Estudios Internacionales. México: El Colegio de México, 1987, pp. 77-78.

**15** Para o Governo era fundamental anular a oposição de esquerda e, embora o PRONASOL tivesse nisto um papel importante, o principal partido de esquerda, o Partido da Revolução Democrática (PRD), acusou o Governo de repressão e até de assassinio de mais de 300 militantes. Independentemente destas acusações, o que se pode afirmar é que o Governo não mostrou qualquer disposição para negociar o que quer que fosse com a esquerda, de cujos militantes o Presidente dizia: «a esses, nem os vejo nem os ouço».

**16** GONZÁLEZ GÓMEZ, Mauricio – «Crisis and economic change in Mexico». In PURCELL, Susan Kaufman, e RUBIO, Luis [eds.] – *Mexico under Zedillo*. Boulder, CO.: Lynne Rienner Publishers, 1998, p. 42.

**17** Os slogans utilizados na campanha do PRI foram «Eu voto pela paz» e «Bem-estar para a família».

**18** O PAN obteve um total de 118 deputados (98 de RP), o PRD 70 deputados (63 de RP) e o PT apenas 10 deputados de RP. O PRI, por seu lado, conseguiu 302 lugares.

**19** O câmbio alterou-se abruptamente, de 3,75 pesos por um dólar para mais de cinco pesos por dólar em finais de Dezembro (GONZÁLEZ GÓMEZ, Mauricio – «Crisis and economic change in Mexico», pp. 45-54).

**20** BOLTVINIK, Julio – «Economía moral. Fábrica de pobres». In *La Jornada*, 14 de Julho de 2000.

**21** HUERTA G., Arturo – *Carteras Vencidas. Inestabilidad Financiera*. México: Diana, 1997, p. 19.

**22** O México ocupa o 53.º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano.

**23** Segundo dados do estudo *Panorama da Educação. Indicadores da OCDE 2005*, o México ocupa o último lugar entre os países membros em termos de rendimento escolar e qualidade educativa.

**24** *Ibidem*.

**25** Este programa tem como antecedentes o PRONASOL («Crianças em solidariedade») e o Progreso, dos Governos anteriores.

**26** DE LA TORRE, Rodolfo – «Hacia un balance de la pobreza en la administración foxista». In *Sextenio en Perspectiva*. México: Universidad Iberoamericana, 2006.

**27** BANCO DE MÉXICO – *Encuesta sobre las Expectativas de los Especialistas en Economía del Sector Privado: Julio 2006*. México: Banco de México, 2006.

28 INEGI – *Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares 2005*. México: INEGI, 2006 <http://www.inegi.gob.mx/est/default.asp?c=4366>

29 Dados do Centro de Análise e Projeções Econômicas do México CAPE-Oxford Economic Forecasting <http://www.capem-oeof.com/>

30 *Inquérito Nacional de População e Habitação 2005*.

31 ANAYA MUÑOZ, Alejandro – «La política exterior de México durante el sexenio de Vicente Fox». In *Sexenio en Perspectiva*. México: Universidad Iberoamericana, 2006.

32 *Ibidem*.

33 A relação com Cuba baseou-se, ao longo de décadas, no respeito mútuo pela soberania interna, entendido como uma situação em que o México não criticava Cuba e, em contrapartida, Cuba não interferia nos assuntos internos do México. Esta relação de respeito mútuo servia ao regime do PRI para mostrar o seu «progressismo», ajudando a baixar as tensões com a esquerda. Quando Fox chegou ao Governo, a sua estratégia de política externa já não pôde compatibilizar esta relação com o novo papel do México, o que criou tensões na relação com o Governo cubano e gerou fortes críticas da parte do PRI e do PRD.

34 O PRI obteve 208, o PRD 53 e os restantes dividiram-se entre vários pequenos partidos.

35 MORENO, Alejandro – *Nuestros Valores: los Mexicanos en México y en Estados Unidos a Inicios del Siglo XXI*. Cidade do México: Banamex, 2005.

36 Em 2006, o PAN obteve 206 deputados, contra 120 da coligação liderada pelo PRI.

37 BANCO MUNDIAL E PNUD – *La Trampa de la Desigualdad y su Vínculo con el Bajo Crecimiento en México*. Documento elaborado por Isabel Guerrero [BM], Luis Felipe López Calva [PNUD] e Michael Walton (Universidade de Harvard). Banco Mundial/PNUD, 2006.

## BIBLIOGRAFIA

ANAYA MUÑOZ, Alejandro – «La política exterior de México durante el sexenio de Vicente Fox». In *Sexenio en Perspectiva*. México: Universidad Iberoamericana, 2006.

BANCO DE MÉXICO – *Encuesta sobre las Expectativas de los Especialistas en Economía del Sector Privado: Julio 2006*. México: Banco de México, 2006.

BANCO MUNDIAL E PNUD – *La Trampa de la Desigualdad y su Vínculo con el Bajo Crecimiento en México*. Documento elaborado por Isabel Guerrero [BM], Luis Felipe López Calva [PNUD] e Michael Walton [Universidade de Harvard]. Banco Mundial/PNUD, 2006.

BENSUSAN, Graciela – «Instituciones en crisis: el mundo del trabajo en transformación». In BENSUSAN, G., e GARCIA, Carlos – *Estado y Sindicatos, Crisis de una Relación*. México: UAM-Xochimilco e Fundación Friederich Ebert, 1989.

BOLTVINIK, Julio – «Economía moral. Fábrica de pobres». In *La Jornada*, 14 de Julho de 2000.

CENTRO DE ANÁLISIS Y PROYECCIONES ECONÓMICAS PARA MÉXICO CAPE-OXFORD ECONOMIC FORECASTING (<http://www.capem-oeof.com/>)

DAHL, Robert – *Polyarchy: Participation and Opposition*. New Haven: Yale University Press, 1971.

DE LA TORRE, Rodolfo – «Hacia un balance de la pobreza en la administración foxista». In *Sexenio en Perspectiva*. México: Universidad Iberoamericana, 2006.

FITZGERALD, E. V. K. – «Stabilization policy in Mexico: the fiscal deficit and macroeconomic equilibrium, 1960-1977». In THORP, Rosemary, e WHITEHEAD, Lawrence – *Infla-*

*tion and Stabilization in Latin America*. Londres: McMillan, 1979.

GONZÁLEZ GÓMEZ, Mauricio – «Crisis and economic change in Mexico». In PURCELL, Susan Kaufman, e RUBIO, Luis (eds.) – *Mexico under Zedillo*. Boulder, CO.: Lynne Rienner Publishers, 1998.

HUERTA G., Arturo – *Carteras Vencidas. Inestabilidad Financiera*. México: Diana, 1997.

INEGI – *Encuesta Nacional de Población y Vivienda 2005*. México: INEGI, 2005.

INEGI – *Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares 2005*. México: INEGI, 2006 <http://www.inegi.gob.mx/est/default.asp?c=4366>

LEVITSKY, Steven, e WAY, Lucan A. – «The rise of competitive authoritarianism». In *Journal of Democracy*, Baltimore, vol. 13, n.º 2, Abril de 2002.

LOAEZA, Soledad – «El Partido Acción Nacional: de la oposición leal a la impaciencia electoral». In LOAEZA, Soledad, e SEGOVIA, Rafael (comps.) – *La Vida Política Mexicana en la Crisis*. 25.º Aniversário do Centro de Estudios Internacionales. México: El Colegio de México, 1987.

LUNA LEDESMA, Matilde – *Los Empresarios y el Cambio Político, México, 1970-1987* México: Ediciones Era e UNAM, 1992.

MAZZUCA, Sebastián L. – *Acceso al Poder versus Ejercicio del Poder. Democracia y Patrimonialismo en América Latina* (manuscrito).

MORENO, Alejandro – *Nuestros Valores: los Mexicanos en México y en Estados Unidos a Inicios del Siglo XXI*. Cidade do México: Banamex, 2005.

O'DONNELL, Guillermo, e SCHMITTER, Philippe C. – *Transitions from Authoritarian Rule. Tentative Conclusion about Uncertain Democracies*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1986.

O'DONNELL, Guillermo – «Illusions about consolidation». In *Journal of Democracy*, vol. 7, n.º 2, 1996.

OCDE – *Panorama de la Educación. Indicadores de la OCDE 2005*, OCDE, 2006.

PÁNUCO LAGUETE, Humberto, e SZÉKELY, Miguel – «Income distribution and poverty in Mexico». In THOMAS, Victor Bulmer (ed.) – *The New Economic Model and its Impact on Income Distribution and Poverty*. Nova York: San Martin's Press, 1996.

PRZEWORSKI, Adam – *Democracy and the Market: Political and Economic Reforms in Eastern Europe and Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

SEGOVIA, Rafael – «La reforma política: el ejecutivo federal, el PRI y las elecciones de 1973». In CENTRO DE ESTUDIOS INTERNACIONALES – *La Vida Política en México*. México: El Colegio de México, 1974.

SOLÍS, Leopoldo – «El desarrollo estabilizador», textos das conferências proferidas no Colegio Nacional [Maio de 1977].

WHITEHEAD, Lawrence – «Mexico from bust to boom: a political evaluation of the 1976-1979 stabilization programme». In *World Development*, vol. 8, 1980.

ZERMEÑO, Sergio – «El fin del populismo mexicano». In *Nexos*, vol. 10, n.º 13, Maio de 1987.